

PATRIMÓNIOS, CULTURAS MARÍTIMAS E PRÁTICAS MUSEAIS: INSTRUMENTOS CONCEPTUAIS E PERSPECTIVAS METODOLÓGICAS

Graça Filipe, Ecomuseu Municipal do Seixal [graca.filipe.ecomuseu@cm-seixal.pt]

Elisabete Curtinhal, Ecomuseu Municipal do Seixal [elisabete.curtinhal@cm-seixal.pt]

Introdução: objecto e método

Esta comunicação é resultado de pesquisas e de uma reflexão sobre o nosso trabalho e experiência profissional na área de património marítimo, no quadro de actuação do Ecomuseu Municipal do Seixal (EMS). Neste, temos partilhado estudos, modos de intervir e projectos relacionados com as nossas diferentes proveniências disciplinares (História e Antropologia) convergentes e aplicados no terreno comum da Museologia. A oportunidade de prepararmos este texto e de apresentarmos os nossos contributos no II Encontro do Centro de Investigação Transdisciplinar Cultura, Espaço e Memória (CITCEM) – *O Mar – patrimónios, usos e representações* estimulou-nos a desenvolver um projecto, numa perspectiva multidisciplinar, consolidando a abordagem conceptual e de metodologias em que se contextualizem as nossas experiências e práticas museais.

Partimos de alguns problemas com que nos deparamos ao integrar o património marítimo na temática do EMS e ao potenciá-lo como meio de construção e de transmissão identitária dum alargado território, geográfica e culturalmente ligado ao estuário do Tejo.

Uma parte do nosso projecto consiste no levantamento, pesquisa e identificação de alguns conceitos operatórios, frequentemente utilizados, pesquisando-os e sempre que possível reportando-os a textos de referência, incluindo o âmbito jurídico da protecção e da gestão patrimonial. Interessa-nos primordialmente uma visão holística da temática marítima e dos processos de patrimonialização. A médio prazo, é nosso propósito sistematizar recursos e uma bibliografia de referência que associe o mar ao património, à museologia e aos museus de temática marítima.

Outra componente do nosso projecto incide na análise e perspectivação metodológica de experiências e de práticas em que incidiu a activação dos processos de patrimonialização e de musealização ao longo dos últimos anos de existência do EMS, tendo por foco principal o património marítimo.

Condicionadas pelo tempo, nesta fase os resultados que apresentamos são modestos e sujeitos a um aprofundamento metodológico e de conteúdos, constituindo principalmente um contributo à reflexão e à partilha com os que convivem com problemas similares e projectos de certo modo conexos.

2. Conceitos operatórios em torno de património marítimo: identificação e contextos de aplicação

No panorama patrimonológico e museológico do nosso país tardam em ser devidamente reconhecidas as iniciativas e entidades de temática marítima. Estas têm ainda pouca expressão ao nível da comunicação com os públicos, se tivermos em conta a importância identitária do mar e dos rios, para que é necessário sensibilizar e fazer intervir as comunidades litorais e a população em geral.

Todavia, à escala do nosso país, não deixa de poder considerar-se relevante o número de entidades para-museológicas e museológicas com vocação derivada de acervos e patrimónios marítimos.¹

Alguns destes museus notabilizam-se pelo investimento das suas tutelas e pela sua programação dinâmica, tornando-se dignos de reconhecimento tanto nacional como internacional, como é o caso do Museu Marítimo de Ílhavo.

É de constatar que as autoridades estatais, o governo central e as administrações locais, apesar de se mostrarem disponíveis para explorar mediaticamente os assuntos ligados ao mar enquanto referência nacional e património comum, na generalidade e na prática investem residualmente em programas de investigação, de salvaguarda e de comunicação das culturas marítimas, revelando uma ineficácia crónica na implementação de medidas estratégicas e transversais à economia, à ciência e à cultura.

Reconhecemos porém que ao longo dos últimos anos se acentuaram reflexos de uma tendência de mudança, de que tem também resultado uma certa progressão na patrimonialização de bens culturais ligados ao litoral português. Mas essa progressão ainda é demasiado lenta e nalguns casos, é preciso acentuá-lo, carece de um quadro legal de protecção ajustado às especificidades desses patrimónios.

Lidar com o tema do património e dos museus de temática marítima revela-nos dificuldades e problemas de vária ordem, tanto internamente – nas organizações ou nas instituições em que se gerem e devem articular tipologias patrimoniais e competências profissionais diversificadas – como externamente – entre as entidades vocacionadas para a transmissão e a activação de memórias e a sociedade, as comunidades ou os públicos-alvo dos serviços que aquelas prestam. O desconhecimento da terminologia neste campo – e a sua evidente omissão em documentos e instrumentos de gestão no universo patrimonial – é apenas um problema, que coexiste com o

¹ Em 2005, Lorena Querol identificou 82 unidades museológicas de temática marítima – 33 «instituições museológicas cujo principal objecto de estudo e divulgação é o património náutico, naval e/ou marítimo» e 49 «instituições museológicas com secção, área ou núcleo de património náutico, naval e/ou marítimo». Lorena Querol identificou ainda 38 instituições trabalhando em áreas técnicas e disciplinares diversas, vocacionadas para a investigação e a divulgação ligadas ao mar, bem como 31 entidades de carácter associativo relacionadas com o mar e a salvaguarda de património marítimo, das quais 24 possuíam embarcações tradicionais ou construídas com recurso a técnicas artesanais (QUEROL 2005: 16-24).

desajustamento de espaços e arquitecturas e até de um leque de técnicos com perfis de competências que propiciem a interpretação e o acesso público a acervos diversificados (etnográficos, arqueológicos, de história natural, artísticos, iconográficos fotográficos, industriais, entre outros).

Mas quisemos relevar o aspecto terminológico e dar um contributo para a clarificação de alguns conceitos-chave enquanto instrumentos operativos na abordagem de várias perspectivas metodológicas, em iniciativas e em projectos transdisciplinares sobre esta temática, de incidências patrimónológica e museal, ligadas ao património marítimo.

Nestes domínios, para proceder ao elenco de conceitos e ao estado da arte quanto à sua definição, necessitamos de uma bibliografia bastante especializada, em que a língua portuguesa nos parece estar ainda pouco representada.

No cerne desta abordagem colocamos os conceitos de **culturas marítimas** e de **comunidades marítimas**.

Para Álvaro Garrido culturas marítimas são “quaisquer formas de expressão material ou simbólica da relação entre grupos humanos e o mar, num determinado território e numa certa temporalidade” (GARRIDO 2009: 5).

Paulo Mendes relaciona o conceito de comunidade marítima à incidência ecológica do mar no quotidiano dos seus membros, ao afirmar que “não tem que ser necessariamente composta por pescadores. Pode ser, afinal, uma *comunidade costeira*, desde que tenha o seu quotidiano, intimamente, relacionado com uma ecologia marcada pelo mar” (MENDES 2008: 207).

A palavra e o conceito de **património** estão devidamente inscritos no nosso vocabulário e na Lei de bases do património cultural português (Lei 107/2001 de 8 de Setembro), segundo a qual “integram o património cultural todos os bens que, sendo testemunhos com valor de civilização ou de cultura portadores de interesse cultural relevante, devam ser objecto de especial protecção e valorização” (Artigo 12,1.) e “aqueles bens imateriais que constituam parcelas estruturantes da identidade e da memória colectiva portuguesas” (Artigo 2º, 4.).

No plano internacional, a Carta de Cracóvia 2000² definiu património como “o conjunto das obras do homem nas quais uma comunidade reconhece os seus valores específicos e particulares e com os quais se identifica. A identificação e a valorização destas obras como património é, assim, um processo que implica a selecção de valores.”

A expansão e a extensão da noção de património, operadas nas últimas décadas, estão ligadas à aquisição de consciência ecológica e à evolução do meio e da sociedade, mas acompanham igualmente o desenvolvimento da economia de mercado e a sua globalização, ao ponto de o património se tornar susceptível de mercantilização (DESVALLÉES E MAIRESSE 2011: 437).

² Carta de Cracóvia, de 2000, sobre os princípios para a conservação e o restauro do património construído, LOPES, CORREIA 2004: 289-295).

É também dessa extensão e de uma selecção ampliada dos valores simbólicos, identitários e culturais reconhecidos pelas comunidades que resulta o crescente interesse pelo património marítimo, pela sua protecção, conservação ou salvaguarda e valorização.

À identificação do património cultural material associou-se e passou a valorizar-se a parte não visível dos objectos e das realidades materiais, denominado como património imaterial. Este pode de facto tornar-se relevante quando abordamos as culturas e as comunidades marítimas.

Em Portugal o regime jurídico de salvaguarda do Património Cultural Imaterial, directamente emanado da Convenção da Unesco de 2003, foi estabelecido pelo Decreto-Lei n.º 139/2009, de 15 de Junho, com a regulamentação do sistema de inventariação através da Portaria n.º 196/2010, de 9 de Abril.

A palavra **patrimonialização** é um neologismo que os dicionários de língua portuguesa ainda não incluem, apesar de cada vez mais autores e estudos a incluírem e aplicarem o respectivo conceito no âmbito das ciências sociais. Definimo-lo como o processo de reconhecimento e de apropriação de bens culturais por uma comunidade, cuja relação com esses bens, de carácter cognitivo e de carácter afectivo, desenvolve a necessidade de criação e/ou de aplicação de recursos e de meios específicos de gestão – registo, documentação, conservação, interpretação, difusão e valorização ou reutilização (FILIPE, 2000: 18-19).

Enquanto nós admitimos que este processo, ainda que induzido pelo museu, pode distinguir-se da musealização, para Mairesse e Desvallées (MAIRESSE, DESVALLÉES 2011: 254-255) a patrimonialização faz parte do processo de musealização, embora não o englobando totalmente. A patrimonialização opera ou visa accionar – *in situ*, *ex situ* ou por via de documentação - algum método e técnicas de preservação de um bem natural ou cultural ou a salvaguarda de uma realidade material ou imaterial.

Para a definição de **património marítimo** recorremos a Françoise Péron, que o refere como o conjunto dos elementos materiais e imateriais ligados às actividades humanas desenvolvidas no passado, relacionadas com os recursos e o meio marítimo e que os grupos sociais reconhecem hoje, em diferentes escalas geográficas, como sua própria herança, tomando parte ou integrando por inteiro a sua identidade e, em consequência, tornando-se dignos de transmissão às próximas gerações (PÉRON 2002: 15).

O Museu Marítimo de Barcelona integra praticamente esta definição em documentos de referência que encontramos editados ao longo dos últimos anos e, portanto, ao aplicar o respectivo conceito operativo na sua programação museológica (MMB 2007: 9).

Aquela mesma autora sublinha uma condição importante para o significado de património: a adesão a longo prazo (num tempo longo) e o largo consenso de diferentes grupos sociais. O património deverá ser vivenciado, reconhecido, mantido e intervencionado década após década, pela sociedade para a qual constitui um valor de referência cultural essencial (PÉRON, 1993: 216).

Péron identificou cinco componentes principais do património marítimo: componente monumental e militar; componente funcional e instrumental; dimensão cultural popular; componente paisagística e dimensão ecológica. «Como todo o património, [o património marítimo] é plural e evolutivo, construído, trabalhado e reperspectivado geração após geração. Segundo as necessidades específicas da época, segundo a pertença social, segundo a herança cultural mais ampla, será acentuado um ou outro aspecto diferente. Portanto não é imutável. É frágil.» (PÉRON 1993: 219-220)³.

Como para todo o património, temos de ter grande precaução na selecção do património marítimo, mesmo quando nos persuadimos da sua importância enquanto factor identitário, no presente e para o futuro. As escolhas deverão ser feitas quando detectados os factos novos, evitando a armadilha de entusiasmos passageiros, interrogarmo-nos sobre os homens e mulheres em cada contexto ou fazendo parte de uma comunidade, assim como sobre o longo devir histórico e social, na maior abertura cultural possível. E por outro lado é indispensável que nos questionemos sobre que instituições e que grupos irão gerir e promover o que agora é considerado património, evitando imperativamente as escolhas de ordem económica e política, preferindo o património que facilmente se torne objecto comercial e publicitário (PÉRON 1993: 220).

Como foi referido por Marc Paboïs, «a identificação do património cultural marítimo passa pela organização da comunidade marítima e apenas chegam até nós os traços materiais e imateriais que são correlativos à sua cultura» (PABOIS 2002-I: 37). Paboïs utiliza frequentemente o conceito mais abrangente dado pela expressão **património cultural marítimo e costeiro**.

Na Declaração emitida em Roterdão, em 2007, a associação European Maritime Heritage (EMH) elenca como **monumentos de património marítimo**: os barcos tradicionais, os portos históricos e os museus marítimos (Rotterdam Declaration, European Maritime Heritage, 2007). Também em 2007, no texto *Response to the European Union Maritime Policy Green Paper*, a EMH inclui ainda entre os exemplos de património marítimo: os barcos tradicionais em actividade, os portos tradicionais, os estaleiros e as bases navais.

As designações de **património náutico** ou de **património naval** remetem para uma especificação ou categorização do património marítimo.

O património náutico está relacionado com a navegação e com a arte de navegar, nele se incluindo embarcações, destinadas a vários tipos de actividade, de trabalho ou de lazer. O termo naval, segundo o Dicionário de Marinha Português, é sinónimo de náutico, quer se trate de embarcações que pertencem à Marinha de Guerra, quer à Marinha Mercante. No entanto, é habitualmente associado ao património ligado à primeira.

³ Tradução nossa.

A expressão **património fluvial** é aplicada para os bens ou expressões culturais ligadas aos rios. É frequentemente indissociável do património marítimo, por exemplo quando ligado à foz de rios, como no caso do estuário do Tejo – razão por que se recorre ao termo de património marítimo e fluvial ou flúvio-marítimo. É extremamente diversificado, dependendo do meio em que se reconhece, levando-nos mais uma vez ao problema das tipologias, não só dependendo das formas materiais ou manifestações imateriais que assume, como também em função das áreas de conhecimento por que é explorado ou mesmo gerado e da aplicação de conceitos operatórios e mecanismos processuais de protecção e salvaguarda.

A expressão **património flutuante** foi inventada no Reino Unido em 1993 por Colin Allen, então Secretário do National Historic Ships Committee, em Londres, no quadro da discussão em curso sobre operação de navios históricos e apoio à sua sobrevivência (ROBINSON 2008: 12). No Outono de 1994 realizou-se no Tamisa um desfile de barcos históricos e tradicionais. Desenvolveu-se um movimento organizado – *Heritage Afloat Council* - que também apoiou e integra a European Maritime Heritage. O actual conceito de património marítimo flutuante, que abarca quer embarcações de grandes dimensões, de relevância civilizacional, quer pequenas embarcações, que tenham um particular significado cultural, assim como o princípio de relação entre a preservação do património flutuante e a perpetuação de técnicas tradicionais, encontram-se consignados na Carta de Barcelona, de Março de 2003. Esta foi assinada a bordo de um navio-museu (fragata Jylland), em Ebeltoft, na Dinamarca, por iniciativa da EMH, na sequência do seu 4º Congresso, que teve lugar em Barcelona, em Agosto de 2001 e do debate entre museus marítimos, operadores e proprietários de navios históricos. Trata-se duma adaptação da Carta de Veneza (1964), tomando também por referência a Carta de Atenas (1931), ambas centradas na protecção de sítios e monumentos, ao património marítimo na Europa.

Tornou-se frequente utilizar, com idêntico conteúdo, a expressão **património navegante**, que enfatiza a operacionalidade das embarcações, reutilizadas em navegação, desenvolvendo uma estratégia de conservação pelo uso.

O conceito de **barco de interesse patrimonial** foi desenvolvido em França pela Fondation du Patrimoine maritime et fluvial, entidade criada a partir de 1993 e que integra a organização European Maritime Heritage. A legislação naquele país já prevê desde o início do século XX a salvaguarda de barcos antigos, apesar de só em 1982 a actividade militante em torno da revista *Chasse-Marée* ter levado à protecção de duas embarcações como monumentos históricos. Assim, a lista de BIP – barcos de interesse patrimonial - funciona principalmente como instrumento facilitador de vigilância para a autoridade marítima e propiciador de benefícios fiscais para os proprietários das embarcações nela inscritas.

A categoria é atribuída seguindo critérios bem definidos, respeitantes nomeadamente à construção e técnica, especificidades mecânicas, história e testemunho do seu proprietário.

O conceito de **embarcação de valor histórico** é referido no Memorando de Entendimento, conhecido pelo acrónimo MoU correspondente a *Memorandum of Understanding on the mutual recognition of certificates for the safe operation of traditional ships in European waters*, também proveniente da European Maritime Heritage e difundido em 2000⁴.

No Reino Unido, compete ao *National Register of Historical Vessels* fazer a avaliação do mérito de um barco histórico, de acordo com 11 elementos relacionados com os atributos patrimoniais do barco e com 3 elementos referentes ao método da sua preservação.

Os elementos relacionados com os atributos patrimoniais consistem em: 1) Inovação tecnológica; 2) Estatuto exemplar: tipo e construção; 3) Estatuto exemplar: função; 4) Impacto estético; 5) Ligações históricas (com pessoas e/ou acontecimentos); 6) Ligações sócio-económicas; 7) Percentagem da originalidade de fabrico; 8) Estado de conservação; 9) Idade; 10) Raridade do barco: tipo; 11) Raridade do barco: função.

Quanto ao método da preservação do barco são consideradas: a) Estratégia de preservação; b) Tecnologia do projecto e c) Gestão do projecto.

Na Carta de Barcelona, elaborada pela European Maritime Heritage em 2003, as embarcações históricas e tradicionais são comparadas a obras de arte e consideradas testemunhos históricos. São ainda consideradas possuidoras de valor estético, funcional e histórico.

No *Memorandum of Understanding*, a EMH faz equivaler a **embarcações históricas e tradicionais** todos os tipos de barcos históricos e as suas réplicas, incluindo as que foram executadas com o objectivo de promover as técnicas tradicionais e a marinharia; considera-os monumentos culturais vivos, relevando que a sua operação é feita de acordo com os princípios tradicionais de marinharia.

Após estes contributos e na sequência do trabalho desenvolvido pelo seu Conselho Cultural, a EMH alterou a sua posição no que se refere à iniciativa de estabelecer uma definição de embarcação tradicional. Actualmente, é esperado que cada país avance com a sua própria definição, alcançada de forma consensual no âmbito de cada contexto nacional e no espírito da Carta de Barcelona. Em contrapartida, a EMH propõe-se compilar um inventário de embarcações tradicionais nos países signatários do Memorando de Entendimento e fazer uma comparação entre todas as definições estabelecidas por cada país para, finalmente, introduzir essa informação numa base de dados, acessível ao público.

Outro conceito operativo recorrentemente aplicado no universo em análise é o da **valorização de património**, enquanto processo de apropriação e tendo por paradigma a sua perenização, ora revitalizando ou reconstituindo, para memorização, conhecimento e divulgação, ora

⁴ Em Novembro de 2005, mais dois países subscreveram o documento, somando-se aos 5 que o tinham assinado em 2000.

documentando ou musealizando, para interpretar e permitir a (re)apropriação e o acesso ao público. Cabe aos museus agenciar tais processos e muitas vezes são eles que os protagonizam.

O conceito de **museu** é definido universalmente pelo *International Council of Museums* (ICOM) como «instituição permanente, sem fins lucrativos, ao serviço da sociedade e do seu desenvolvimento, aberta ao público, que adquire, preserva, pesquisa, comunica e expõe, para fins de estudo, educação e lazer, os testemunhos materiais e imateriais dos povos e seus ambientes».⁵

Na lei portuguesa o conceito adquiriu um enquadramento legal específico, desde 2004, na Lei Quadro dos Museus Portugueses – Lei nº 47/2004, de 19 Agosto.⁶

Como já vimos, é muito diversificado o panorama de iniciativas e entidades museológicas e para-museológicas de temática marítima em Portugal, faltando-nos porém um conhecimento mais sistematizado sobre os seus acervos e as configurações programáticas em que se inserem os projectos de valorização patrimonial, assim como a sua relação com as comunidades marítimas, enquanto factor dinâmico de sustentabilidade dos patrimónios geridos.

As origens do Museu de Marinha, instalado e aberto ao público no Mosteiro dos Jerónimos em 1962, remontam de facto a 1863, quando o rei D. Luis decretou a constituição de uma colecção relacionada com a actividade marítima portuguesa, principalmente reunida desde o século XVIII.

Datam da época oitocentista os primeiros museus marítimos na Europa (DELICADO 2009: 175) «associados à celebração das ambições militares e imperiais, que na altura dependiam fortemente da capacidade naval. É este o caso do Musée Dauphin em Paris, criado em 1827 e do Museu Naval fundado em Greenwich em 1873. Surge também no final do século XIX, primeiro na Escandinávia, depois nos EUA e Inglaterra, outro tipo de museu marítimo, dedicado às actividades piscatórias e marítimas, que geralmente exibiam pequenos barcos».

O termo **musealização** é «um neologismo que significa aplicar técnicas museográficas a um património cultural ou natural, para o tornar acessível a um público» (DELICADO 2009: 14).

⁵ Código Deontológico para os Museus adoptado pelo ICOM (Conselho Internacional de Museus) Adoptado em 1986 (AG Buenos Aires), modificado em 2001 (AG Barcelona) e em 2004 (AG Seul), editado pela Comissão Nacional Portuguesa do ICOM (2009).

⁶ Na Lei-quadro dos Museus Portugueses «Museu é uma instituição de carácter permanente, com ou sem personalidade jurídica, sem fins lucrativos, dotada de uma estrutura organizacional que lhe permite: a) Garantir um destino unitário a um conjunto de bens culturais e valorizá-los através da investigação, incorporação, inventário, documentação, conservação, interpretação, exposição e divulgação, com objectivos científicos, educativos e lúdicos; b) Facultar acesso regular ao público e fomentar a democratização da cultura, a promoção da pessoa e o desenvolvimento da sociedade.»

De acordo com aquela lei, «consideram-se museus as instituições, com diferentes designações, que apresentem as características e cumpram as funções museológicas previstas na presente lei para o museu, ainda que o respectivo acervo integre espécies vivas, tanto botânicas como zoológicas, testemunhos resultantes da materialização de ideias, representações de realidades existentes ou virtuais, assim como bens de património cultural imóvel, ambiental e paisagístico».

Neste sentido, entende-se a musealização do património marítimo como o conjunto de acções tendo o propósito de o conservar, investigar, comunicar e expor em instituições museais.

Preferimos a aplicação do conceito **musealizar** no sentido de «tornar museal», «encarado como um processo abrangendo toda a cadeia de transformação de informação que constitui cada uma das fórmulas de concretização do conceito de museu, partilha uma fracção do seu vasto e heterogéneo campo semântico com o conceito “incorporar” que, situado a montante dessa cadeia, engloba as diferentes figuras de ingresso administrativo-técnico-científico-jurídico, no acervo museológico, das diferentes classes de bens» (LAMEIRAS-CAMPAGNOLO 1995: 183).

Entre as variantes de valorização patrimonial de património marítimo importa também enunciar as opções de **revitalizar** e de **reconstituir**, tanto no campo técnico como de manifestações culturais, nomeadamente tendo em perspectiva a componente imaterial do património cultural. São conceitos de aplicação recorrente, ora por opção empírica, ora fundamentada em planos de intervenção que privilegiam simultaneamente a transmissão activa de saber-fazer e a interpretação, muitas vezes ligadas a projectos turísticos. Trata-se de «opções inscritas numa perspectiva “realista” (...) [que se] desenvolvem num espaço e num tempo comuns aos operadores e aos observadores, satisfazendo precisas condicionantes materiais, instrumentais, humanas» (LAMEIRAS-CAMPAGNOLO 1995: 183).

Ao englobarmos realidades patrimoniais e entidades muito diferentes sob a designação comum de **museus de temática marítima**, incorremos no risco de generalizar processos operatórios de musealização e de valorização de colecções e acervos. Sublinhamos por isso a necessidade de estudos de caso e de análises comparativas, tendo em conta, nomeadamente, aspectos da envolvente, particularidades do campo temático ligadas ao acervo incorporado, espectro funcional e disciplinar, modelo de gestão e actividades marcantes de cada entidade (DOMINGUES 2007: 19).

Procurando contribuir para um conceito englobante de museu de temática marítima – sem excluir nenhum dos vários discursos possíveis, ligados por exemplo à ciência, ou à tecnologia ou à antropologia ou à arqueologia, entre outros - identificamos as seguintes características a desenvolver na sua programação museológica⁷: a aplicação e desenvolvimento das funções de incorporação, estudo, conservação, interpretação e comunicação, relativamente ao acervo proveniente de/ou reportado a contexto cultural marítimo; a inscrição na sua actividade de um projecto de investigação centrado no território e/ou sítio em que se inscreva a temática marítima; inclusão como actividade de base do estudo de acervo ou colecção incorporado/a e

⁷ Contributos para um conceito de «museu marítimo» apresentados por Graça Filipe, em Outubro de 2006, no Seminário “Maritime Museums under Discussion”, realizado no Museu Marítimo de Barcelona: *Maritime Museums in Portugal – improving museum facilities and attracting new publics while protecting and promoting maritime culture and heritage*.

gerida em ligação com cultura(s) marítima(s); interpretação e comunicação de património marítimo; promoção de uma consciência ecológica e de uma cidadania activa no seio da sociedade ou de uma comunidade, ligadas à preservação de recursos naturais marinhos e à salvaguarda de culturas marítimas.

3. Experiências e perspectivas metodológicas em torno da gestão de patrimónios marítimos e das práticas de cultura marítima

Com base nalgumas experiências decorridas no Ecomuseu Municipal do Seixal tentaremos reflectir um pouco sobre os instrumentos conceptuais e operatórios a que nos referimos anteriormente, aplicados à selecção, à investigação, à preservação e à comunicação de patrimónios, com as perspectivas metodológicas que lhes estão associadas e que conectam esses campos de actuação museal.

O EMS tem por missão investigar, conservar, documentar, interpretar, valorizar e difundir testemunhos do homem e do meio, reportados ao território e à população do concelho do Seixal com vista a contribuir para a construção e a transmissão das memórias colectivas e para um desenvolvimento local sustentado. Singularizando-se enquanto entidade museal, explorando o referencial da ecomuseologia e do papel social dos museus, é um sistema, reportado à orgânica e sob a tutela municipal, que integra o património cultural musealizado no território concelhio e o articula com outros projectos de salvaguarda e patrimonialização de manifestações e expressões culturais associadas ao estuário do Tejo.

Prosseguindo uma estratégia de cooperação e de participação e/ou activação de parcerias, tanto ligadas ao binómio território-população, como no âmbito internacional, a equipa científica e técnica do EMS tem-se esforçado por construir e manter actualizada uma visão sobre a gestão e a sustentabilidade do património marítimo e fluvial. Para tal é assegurado um conjunto de relações, que procura diversificar muito para além do âmbito estritamente museológico, o que tem proporcionado ao EMS integrar-se em redes formais e informais que melhor o ajudam a conhecer e comparar experiências e boas práticas, beneficiando de uma melhor apreensão da diversidade das realidades e dos problemas que afectam museus e outras entidades ligadas ao desenvolvimento e ao património, territórios e comunidades, particularmente no que concerne o mar, os espaços costeiros e os rios.

Nessa estratégia de cooperação e enquanto instituições que, pelos seus projectos e actuações mais têm influenciado a nossa visão e a construção de algumas concepções sobre patrimónios flúvio-marítimos, contam-se, distintamente, o Museu Marítimo de Barcelona e a European Maritime Heritage.

O **Museu Marítim de Barcelona (MMB)** iniciou em 1993 uma nova etapa de vida e de grande abertura à envolvente e ao exterior, com a constituição do Consórcio das *Drassanes Reiales de Barcelona*. Nesta nova etapa, que acompanhámos com muita curiosidade e interesse, redefiniram-se os objectivos do museu e, conseqüentemente as suas principais linhas de actuação: a) salvaguarda do património marítimo da costa catalã; b) aprofundamento do conhecimento e da difusão da cultura marítima do país; c) sensibilização da sociedade relativamente aos aspectos marcantes e diferenciadores do património marítimo.

Tendo por base um sólido trabalho de investigação e um forte investimento na captação de novos públicos para a temática marítima, o MMB salientou-se pela promoção dos projectos de cooperação e do trabalho em rede, quer no contexto da cidade, no âmbito do Consórcio, envolvendo uma série de instituições parceiras, entre as quais as autoridades marítimas locais - quer a nível nacional – com a dinamização da *Xarxa de Museus Marítims de la Costa Catalana*. O MMB tem ainda assumido, nomeadamente ao longo dos últimos doze anos, uma vocação mediterrânica e internacionalista.

Entre as principais confluências da ligação ao MMB com a experiência do EMS valorizamos: a importância do trabalho em rede e a promoção de parcerias com instituições locais, destacando-se as associações e as autoridades marítimas; a procura do estabelecimento de uma rede de partilha de informações entre os museus marítimos ou gestores de colecções marítimas do país; a integração de embarcações conservadas em uso e, enquanto acervo museal, a sua actuação no território e junto das comunidades como instrumentos de salvaguarda e promoção do património marítimo.

A **European Maritime Heritage**, cuja constituição remonta a 1992, é uma organização não governamental que agrega proprietários de embarcações tradicionais, museus marítimos e outras entidades empenhadas na preservação do património marítimo, no contexto europeu. Os principais objectivos da EMH consistem em promover a cooperação entre todas as entidades e instituições promotoras do património marítimo em toda a Europa, bem como um entendimento mútuo das diferentes culturas marítimas; e constituir-se como organização consultora da União Europeia para as questões da preservação e da navegação das embarcações de valor histórico e/ou patrimonial.

Sublinhamos alguns aspectos da ligação do EMS à EMH, que se têm reflectido na sua experiência, tais como a inserção numa rede temática especializada e de partilha de informação reportada à premissa primordial da preservação e navegação de embarcações tradicionais e inserção numa estrutura de partilha de contactos potenciadora do estabelecimento de parcerias internacionais e promotora da actividade do EMS também a essa escala. A condição de associado enquanto *advisory member* e a integração do Cultural Council permite ao EMS ser conselheiro numa organização europeia que tem a característica singular de reunir entidades vocacionadas para a actividade comercial (proprietários de embarcações que se dedicam à

actividade marítimo-turística, estaleiros, entre outros) e associações e instituições com vocação cultural e/ou patrimonial (nas quais se incluem os museus), permitindo partilhar de uma visão integradora do património marítimo.

Quanto aos aspectos que associam estreitamente o EMS ao património marítimo e fluvial, destacamos a conservação dinâmica e pelo uso de embarcações tradicionais do estuário do Tejo e a integração de um pólo museológico na localidade de Arrentela, através do reordenamento do espaço de um antigo estaleiro naval, com programação expositiva sobre temática marítima e, em pleno funcionamento, uma oficina de modelismo e de interpretação da construção naval tradicional em madeira.

Entre os projectos e processos de trabalho cuja análise nos parece contribuir de forma mais significativa para a reflexão sobre a aplicação de conceitos operatórios incluídos no ponto anterior, enumeramos **a patrimonialização e a musealização de embarcações tradicionais conservando-as pelo uso, a metodologia de documentação e inventário de património flutuante/navegante, o estudo e a salvaguarda de património imaterial**. Outros haveria a destacar, com mais tempo, como a selecção e incorporação de património no acervo museológico e a construção de saberes museográficos e as profissões ligadas ao mar.

- **A patrimonialização e a musealização de embarcações tradicionais conservando-as em uso**

A conservação em uso de embarcações enquanto património flutuante ou navegante coloca às entidades suas detentoras e responsáveis por essa forma de gestão problemas metodológicos e operacionais de bastante complexidade, incluindo de ordem legal. Mas trata-se de um processo que, potenciando a revitalização de técnicas e saberes, por exemplo na área da construção naval e da navegação à vela, reúne um consenso cada vez maior. A título de exemplo, as recomendações que constam da Carta de Barcelona (EMH, 2003) advogam esta forma de conservação, quer do ponto de vista da integridade física da embarcação enquanto objecto, quer do ponto de vista patrimonial, isto é, das mais valias que se retiram da navegação e do acesso de público a bordo deste tipo de embarcações.

A documentação sistemática dos processos de conservação e manutenção, registando todas as intervenções nas embarcações, é um procedimento de actualização do inventário deste acervo e tem de ser assegurado em articulação com as equipas responsáveis pela execução e fiscalização dos trabalhos, com o máximo de rigor, por se tratar da produção de informação da maior relevância para a investigação. Tem sido esta a estratégia adoptada pelo EMS, cujos tripulantes, integrados na sua equipa permanente, acompanham todo o processo de obra no estaleiro, atribuindo-se um papel especialmente importante ao elemento técnico que coordena essa equipa e todo o processo de conservação em uso. São vários os problemas que se continuarão a levantar e a exigir o aprofundamento de critérios e aplicação de normas deontológicas de conservação,

que se conciliem com a dinâmica deste tipo de projectos e o bom senso de tomadas de decisão muito difíceis, por exemplo quanto a novos materiais a introduzir e a opções de reconstituição.

Neste domínio de actividade do EMS relevamos algumas questões estruturais, cuja abordagem e discussão vem sendo partilhada entre agentes e promotores de projectos de preservação de património flutuante a navegar, associada à salvaguarda de técnicas e saberes. Deste modo, é indispensável que se estabeleça um estatuto específico para as embarcações de valor patrimonial. Esse estatuto deverá traduzir-se não numa diminuição das suas condições de segurança na navegação mas sim na obtenção de formas alternativas para essa segurança que não comprometam as exigências de natureza patrimonial, garantindo parâmetros de autenticidade, tanto ao nível estrutural como em aspectos formais das embarcações.

A definição jurídica de um estatuto legal específico para as embarcações de valor patrimonial, que regulamente e legitime a natureza da sua actividade cultural e a valorização de património a que está ligada não foi obtida até à data e não cremos que para tal sirva nenhuma das actuais modalidades previstas na lei, nomeadamente tráfego local, recreio e marítimo-turística.

No contexto europeu e de acordo com o defendido pela EMH, através do Memorando de Entendimento, é muito importante a elaboração e aprovação de legislação que permita que estas embarcações naveguem sem constrangimentos por toda a zona marítima continental, em harmonia, mas sem estarem condicionadas pelas diversas normas vigentes em cada país.

- **A metodologia de documentação e inventário de património flutuante/navegante**

Em 2007, num quadro alargado de iniciativas implementadas pela Câmara Municipal do Seixal reforçando a promoção do património marítimo do estuário do Tejo na programação do EMS, definiu-se um projecto de inventário participativo de património do estuário do Tejo, destinado ao registo, identificação e descrição básica das embarcações tradicionais (canoas, catraios, chatas, varinos, botes de fragata, principalmente) a flutuar e/ou a navegar, conservadas e registadas pelos seus detentores (armadores individuais ou colectivos) ora como embarcações de recreio, ora como embarcações turísticas.

A metodologia abarca três fases principais de trabalho:

- a) Identificação das embarcações a inventariar;
- b) Realização de trabalho de campo onde é efectuada a recolha de informações sobre a embarcação, através da aplicação de método participativo, com o proprietário e/ou tripulantes do barco; ao longo deste processo, são efectuados registos áudio e de imagem;
- c) Incorporação de dados nas bases de dados do sistema documental do EMS.

Tendo sido dado início a um primeiro ciclo deste projecto, entre 2007 e 2009, a sua prossecução é interdependente da resolução de várias questões, no terreno e no quadro da equipa técnico-científica do EMS. Um dos problemas relaciona-se com a mobilização de recursos logísticos e

técnicos, para operacionalização no tempo e no espaço, em consonância quer com o âmbito geográfico (estuário do Tejo), quer com o carácter participativo do inventário (necessidade de participação e envolvimento dos proprietários e /ou tripulantes das embarcações). Para além do trabalho de terreno, visando concluir um ciclo do projecto, é necessário proceder à sistematização de conceitos e à elaboração de um *thesaurus*, assim como a outras tarefas de adequação e desenvolvimento do sistema documental, tendo em consideração a especificidade dos bens e manifestações culturais e património não gerido pelo EMS.

.

- **O estudo e a salvaguarda de património imaterial**

Desde a sua programação e constituição iniciais, no início da década de 1980, ligando-se à preservação de diversos recursos patrimoniais *in situ*, sempre que foi possível o EMS integrou na sua equipa técnica pessoas cuja actividade profissional anterior estava profundamente ligada com a natureza dos sítios musealizados. Foram os casos do moleiro no Moinho de Maré de Corroios, de um marítimo do tráfego local para operar as embarcações tradicionais geridas pelo EMS e de um carpinteiro de machado para a construção de modelos de barcos tradicionais. Todos eles detentores dos saberes e das técnicas relacionadas com os respectivos campos temáticos do EMS, foram ainda os responsáveis pela formação de novos profissionais.

A incorporação destes detentores do património imaterial na equipa técnica do EMS fez com que o património imaterial fosse simultaneamente objecto de estudo no âmbito dos projectos de investigação e recurso patrimonial ao serviço do cumprimento das funções museológicas uma vez que a transmissão activa das técnicas e saberes-fazeres teve lugar simultaneamente em contexto de comunicação com os públicos dos diversos espaços e equipamentos do Ecomuseu. Esta característica da programação e da actividade do EMS, sem dúvida com aspectos muito questionáveis que não temos aqui a possibilidade de analisar, mas que vêm sendo colocados quase quotidianamente no seio da instituição, proporciona também uma vertente particularmente interessante na valorização e na mediação do património material e imaterial.

Em particular a conservação pelo uso das embarcações tradicionais, com os seus períodos de manutenção em estaleiro e ainda o trabalho de terreno realizado pelos técnicos do EMS junto de trabalhadores das empresas envolvidas nesse processo, permitiu ao EMS constituir e produzir uma vasta documentação, recurso patrimonial de enorme importância para a gestão deste património, quer no seu estudo, quer na sua comunicação.

4. Conclusão

Abordámos e cremos ter dado a ênfase necessária aos aspectos de ordem conceptual e à importância da definição de metodologias para o desenvolvimento de estratégias que confirmam

aos patrimónios marítimos o papel social que lhe deve ser atribuído e dêem lugar à sua valorização, com o envolvimento das comunidades.

Como dissemos inicialmente, são modestos os resultados desta fase do nosso trabalho, pretendendo continuá-lo através do desenvolvimento das pesquisas bibliográficas e do estudo e análise comparativa de experiências envolvendo o EMS e organizações e entidades com quem partilhamos objectivos e uma visão de futuro sobre patrimónios e culturas marítimas.

São sem dúvida necessárias medidas articuladas e um reforço do trabalho em rede, que não reportam exclusivamente aos aspectos de financiamento, para a protecção e valorização do património marítimo e fluvial, com incidência nos museus, apontando até, privilegiadamente, para a articulação de projectos de investigação, de inventários participativos, de normalização de sistemas de documentação e acesso público à informação, numa perspectiva multidisciplinar e transdisciplinar.

São inúmeros os desafios e as oportunidades para a actuação e a cooperação entre comunidades, associações, organismos públicos, universidades, organizações não governamentais e museus – de ciências, de história e arqueologia, de antropologia, de história natural ou quaisquer outros - em que o património marítimo, fluvial e costeiro seja um meio para melhor compreendermos a vida, a sociedade e o mundo contemporâneo, assumindo a necessidade de proteger e valorizar estes patrimónios.

Referências bibliográficas

COMISSÃO NACIONAL PORTUGUESA DO ICOM, 2009, *Código Deontológico para os Museus*, Lisboa.

DELICADO, Ana, 2009, *A musealização da Ciência em Portugal*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian e Fundação para a Ciência e Tecnologia.

DESVALLÉES, André e MAIRESSE, François, 2011 (dir), *Dictionnaire encyclopédique de muséologie*, Paris, Armand Colin.

DESVALLÉES, André, MAIRESSE, François e DELOCHE, Bernard, 2011, “Patrimoine” in André Desvallées e François Mairesse (dir.), *Dictionnaire encyclopédique de muséologie*, Paris, Armand Colin, 421-452.

DOMINGUES, Adelina, 2007, *A futura unidade museológica marítima de Sesimbra. Contributos para a sua programação e para as suas relações com unidade regionais afins*. Dissertação de mestrado em Museologia e Património, FCSH/UNL, policopiado.

FILIPE, Graça, 2000, *O Ecomuseu Municipal do Seixal no movimento renovador da museologia contemporânea em Portugal (1979-1999)*. Dissertação de Mestrado em Museologia e Património, FCSH-UNL, policopiado.

GARRIDO, Álvaro, 2009, “Culturas Marítimas e Conservação Memorial. A experiência do Museu Marítimo de Ílhavo”, *Museologia.pt*, 3, 3-11.

LAMEIRAS-CAMPAGNOLO, Maria Olimpia e CAMPAGNOLO, Henri, 1998, “Dois modos de pescar na enseada da Nazaré (a “xávega” e o “candil”: devir técnico, devir turístico)” in *I Jornadas sobre Cultura Marítima, Nazaré – 1995*. Nazaré, Câmara Municipal da Nazaré, 175-198.

- LOPES, Flávio e CORREIA, Miguel Brito, 2004, *Património arquitectónico e arqueológico. Cartas, Recomendações e Convenções Internacionais*. Lisboa, Livros Horizonte, 289-295.
- MAIRESSE, François e DESVALLÉES, André, 2011, “Muséologie”, in André Desvallées e François Mairesse (dir.), *Dictionnaire encyclopédique de muséologie*, Paris, Armand Colin, 343-384.
- MENDES, Paulo, 2008, “Pescadores, Camponeses, Empresários, Turistas e Percepção do Ambiente na Costa Alentejana: uma leitura Cronológica e Etnográfica” in Francisco Oneto Nunes (coord.), *Culturas Marítimas em Portugal*, Lisboa, Âncora Editora, 185-213.
- MUSEU MARÍTIM DE BARCELONA, 2007, *Documentación y gestión del patrimonio. La experiencia del Censo de Patrimonio Marítimo de la costa catalana*, Barcelona, Museu Marítim de Barcelona.
- NUNES, Francisco Oneto, 2008, *Culturas Marítimas em Portugal*, Lisboa, Âncora Editora.
- PABOIS, Marc, 2002, «L’identification du patrimoine culturel maritime et côtier» in Marie Cornu e Jérôme Fromageau (dir.) 2002, *Le patrimoine culturel et la mer. Aspects juridiques et institutionnels*. I. Paris, L’Harmattan, 35-40.
- PÉRON, Françoise, 1993, “Pour une définition sociale et culturelle du patrimoine maritime” in *Le patrimoine maritime et fluvial*. Actes des Colloques de la Direction du Patrimoine. Direction du Patrimoine, Caisse nationale des Monuments historiques et des Sites, Association pour la Connaissance et la Mise en Valeur du Patrimoine, 215-220.
- PÉRON, Françoise, 2002, “Construction, signification, rôle social et géographique” in Françoise Péron (dir.), *Le Patrimoine maritime*. Rennes, Presses Universitaires de Rennes, 15-33.
- QUEROL, Lorena, 2005, *A Função Social do Património Marítimo Português*. Dissertação de Mestrado em Museologia, Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, policopiado.
- RILEY, Stephen, 2002, “Classification & Recording of the Floating Maritime Heritage in the United Kingdom”, *Drassana: Revista del Museu Marítim*, 10, 64-69.
- ROBINSON, John, 2008, “What is Heritage Afloat?”, *European Maritime Heritage Newsletter*, 24, 12.

Fontes Documentais

- EUROPEAN MARITIME HERITAGE, 2003, *Carta de Barcelona*, <http://www.e-m-h.eu/docs/Barcelona%20Charter%20PO.pdf>
- EUROPEAN MARITIME HERITAGE, 2005 [2000], *Memorandum of Understanding on the mutual recognition of certificates for the safe operation of traditional ships in European waters and of certificates of competency for crews on traditional ships*, <http://www.e-m-h.eu/mou.aspx>
- EUROPEAN MARITIME HERITAGE, 2007, *Rotterdam Declaration*, <http://www.e-m-h.eu/docs/Rotterdam%20Declaration%20final.pdf>
- EUROPEAN MARITIME HERITAGE, 2007, *Response to the European Union Maritime Policy Green Paper. Towards a future Maritime Policy for the Union : A European vision for the oceans and seas*, <http://www.e-m-h.eu/docs/Response%20MTF.pdf>